

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO¹

Dilani Silveira Bassan²
Dieter Rugard Siedenberg³

Resumo

O objetivo deste artigo é o de analisar os indicadores sócio-econômicos da região do Vale do Rio Pardo a fim de identificar e explicitar as diferenças que existem entre os municípios, visando a proposição de alternativas para o desenvolvimento regional. Parte-se do pressuposto de que a partir de um levantamento e análise de dados primários e secundários seja possível identificar as principais causas das desigualdades existentes entre os municípios da região do Vale do Rio Pardo, e se estas são resultantes apenas da má distribuição do PIB *per capita*, ou se há ainda outros fatores e determinantes que precisam ser considerados para explicar os diferentes níveis de desenvolvimento dos municípios.

Palavras-chave: Crescimento, Desenvolvimento, Desenvolvimento Desigual, Pobreza e Indicadores Econômicos e Sociais.

Abstract

The objective of this article is to analyse the social and economic indicators of the Vale do Rio Pardo region and identify the differences that exist between the cities of this region, in order to propose new alternatives for regional development. Through an empirical survey is possible to identify the causes of the inequalities existing between all cities of the Vale do Rio Pardo region, if these are only results from irregular distribution of the PIB *per capita*, or if there are other factors and

¹ Este texto é parte da dissertação de mestrado “*Desenvolvimento Desigual na região do Vale do Rio Pardo*” (em fase de finalização).

² Economista e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC.

determinants needing to be considered to explain the different level of development between cities and what are these factors.

Keywords: Development, Growth, Unequal Development, Poverty, Economic and Social Indicators.

INTRODUÇÃO

O enfoque básico deste trabalho é a importância do desenvolvimento regional na análise econômica e social que se faz sobre os municípios que compõem a Região do Vale do Rio Pardo, bem como a análise das desigualdades no nível de desenvolvimento existente entre estes municípios.

Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar alguns indicadores sócio-econômicos referentes aos municípios da Região do Vale do Rio Pardo, a fim de identificar as causas das desigualdades existentes na região, visando a proposição de alternativas para o desenvolvimento social e econômico. Para tanto, serão explicitados inicialmente os principais conceitos teóricos abordados neste trabalho, como: região, desenvolvimento, crescimento, desenvolvimento desigual e pobreza.

A região objeto de estudo, o Vale do Rio Pardo, está situada na porção centro-oriental do Estado, leva o nome do afluente do Jacuí, que banha uma parte dos municípios da área. Em 2000 esta região era composta por 25 municípios e se registrava ali uma população de 431.993 habitantes. De acordo com os critérios utilizados pelo Conselho Regional do Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP), os municípios que compõem a Região do Vale do Rio Pardo são: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Pântano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz, totalizando uma área de aproximadamente 14.349,3 km².

Na análise das desigualdades do desenvolvimento dos municípios foram utilizados os seguintes indicadores econômicos: o PIB *per capita*, que indica a distribuição da renda por município; o valor da produção agrícola, indicando quais atividades produtivas são mais representativas; e o valor adicionado fiscal da indústria, que especifica a importância dos principais setores industriais nos municípios.

Em relação aos indicadores sociais, foram utilizados a taxa de alfabetização, que indica a porcentagem das pessoas com 10 anos ou mais que possuem um ano ou mais de estudo e a taxa de mortalidade infantil.

1 OS PRINCIPAIS CONCEITOS TEÓRICOS DO TRABALHO

1.1 O conceito de região

Segundo Lobato (1997), o termo região deriva do latim *regio*, que se refere a unidade político-territorial em que se dividia o império romano. A raiz da palavra está no verbo *regere*, governar, o que atribui à região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política. Este termo passou a designar uma dada porção de superfície terrestre, que por determinados critérios era reconhecida como diferente de outra porção.

Ao longo da história e da evolução do pensamento geográfico, o conceito de região foi utilizado com diferentes conotações, não somente por geógrafos mas também por pesquisadores de outras áreas do conhecimento, evidenciando a necessidade de explicitar o conceito no contexto em que será utilizado. Para tanto, faz-se necessário uma rápida revisão da evolução do conceito e de suas diferentes significações.

Desde o início do último quartel do séc. XIX até aproximadamente 1970, três concepções foram estabelecidas entre os geógrafos para designar região:

- a) região natural;
- b) região como paisagem cultural;
- c) região como criação intelectual.

A região natural é concebida como uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza, como o clima, a vegetação e o relevo, entre outros. Esta combinação irá representar a paisagem natural específica de cada lugar.

A segunda concepção, onde região é vista como a área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural, é uma reação à matriz positivista que sustentava a região como natural. A região agora passa a ser entendida como um processo de transformação da paisagem natural para a cultural.

A terceira concepção refere-se à região como uma criação intelectual, criada a partir de propósitos específicos, ou seja, pode-se identificar uma região climática, uma região industrial, uma região nodal, ou qualquer outra configuração de região de acordo com os propósitos de cada pesquisador.

Pode-se, então, conceituar região a partir destas concepções relacionadas por Lobato (1997), como sendo uma classe de área, isto é, um conjunto de unidades de área, como, por exemplo, um grupo de municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença externa em face de outros conjuntos.

Já para Milton Santos (1992), região é o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado, ou seja, a cada momento histórico a região ou o subespaço do espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de um certo número de atividades.

Para Simões Lopes (1995), alguns autores dizem ser a região uma entidade real, objetiva, concreta, que pode ser facilmente identificada, quase que uma região natural; para outros não é mais do que um artifício para classificação, uma idéia, um modelo. No entanto, Boisier (1999), afirma que uma região deve ser construída socialmente, a partir de laços comuns, de identidade que expressem a cultura, a economia e a política regional.

Percebe-se, portanto, que região tem diversos conceitos válidos. Porém, de uma ou de outra maneira, tanto nos trabalhos acadêmicos quanto nas políticas de desenvolvimento geralmente acabam sendo incluídos e aceitos aspectos naturais ou ambientais (relevo, clima, vegetação), econômicos, sociais e culturais, observando sempre o aspecto histórico que deu origem e especificidade a cada região, que se traduz numa espécie de identidade regional.

1.2 Crescimento e desenvolvimento regional

As discussões a respeito de desenvolvimento e crescimento, conforme Souza (1997), envolvem duas correntes, a primeira dos economistas neoclássicos que consideram crescimento como sinônimo de desenvolvimento. A segunda corrente encara o crescimento econômico como uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Enquadram-se nesta segunda corrente, economistas de orientação crítica como Raul Prebisch e Celso Furtado.

Assim, desenvolvimento regional pode ser entendido como um processo de transformação da estrutura econômica de uma região, na qual se verifica também uma melhoria na qualidade de vida da população. Já crescimento econômico significa apenas a elevação da capacidade produtiva de uma economia, sem implicações sobre a qualidade de vida. O crescimento econômico é medido, sobretudo, pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que desenvolvimento regional precisa ser caracterizado através de diferentes indicadores.

Conforme Singer (1977), para alguns autores o desenvolvimento é apenas um outro nome dado ao fenômeno do crescimento. Já para Meier e Baldwin *apud* Singer (1977), há uma tendência de usar os termos desenvolvimento e crescimento indistintamente, porém, mesmo que seja possível traçar sutis distinções entre estes termos, em sua essência eles são sinônimos.

Na visão de Lemos e Jiménez (1999), o crescimento econômico é uma condição necessária para o desenvolvimento. Estes dois conceitos devem ser analisados conjuntamente, pois fazem parte de um mesmo processo.

Para Singer (1977), existem fatores implícitos no processo de desenvolvimento como: a migração da população rural para os grandes centros, aumento da produtividade do trabalho, melhoria do padrão de vida da população urbana e rural, elevação do nível cultural e principalmente a presença de um parque industrial amplo. Este parque

industrial através de uma indústria-motriz, atrairá novas indústrias, proporcionando assim a geração de renda e emprego.

1.2.1 Teorias de desenvolvimento

Brinkman (1995), analisando a questão conceitual de desenvolvimento chama a atenção para a literatura mais antiga, que fazia uma distinção na qual freqüentemente o crescimento se referia ao aumento quantitativo no PIB *per capita* e desenvolvimento envolvia mudanças qualitativas em instituições e estruturas. No entanto, a corrente mais atual tenta tratar os dois termos como equivalentes conceituais.

Stiglitz (1998) afirma que os modelos de desenvolvimento dos anos sessenta viam este processo simplesmente como a solução de uma dinâmica programática complicada, que servia para melhorar a eficiência alocativa de recursos.

Conforme Siedenberg (2001), quando na década de 80 o substantivo desenvolvimento começou a ser associado com adjetivos como humano, social, eco- e sustentável, reconfigurando mais uma vez o conceito com dimensões e relações até então ignoradas, o termo passou a ocupar um lugar de destaque nas políticas públicas, na mídia e em outras publicações.

Siedenberg (2001) aponta também para a relação do termo desenvolvimento com o conjunto de conceitos originários da biologia, onde desenvolvimento, crescimento e evolução são utilizados para explicitar diferentes processos biológicos de mudança, que dizem respeito às características das mudanças (qualitativa e quantitativa), às formas como ocorrem as mudanças e os elementos que estão submetidos a estas mudanças. Neste sentido o conceito de crescimento é o aumento ou a ampliação daquilo que já existe e desenvolvimento ocorre quando há uma transformação qualitativa de habilidades individuais ou coletivas pré-existentes.

O referido autor afirma ainda que a condição básica para que ocorra o desenvolvimento sócio-econômico é o acionamento de mecanismos correspondentes, ou seja, enquanto não ocorrerem processos de apropriação e incorporação, de aferição e adaptação e de escolha e mudança, não haverá crescimento, não haverá desenvolvimento e não haverá evolução entre indivíduos e sociedades.

Stiglitz (1998), em palestra proferida no UNCTAD, Genebra afirma que "*o desenvolvimento representa uma transformação da sociedade, uma mudança das relações tradicionais, das maneiras tradicionais de lidar com a saúde e a educação, dos métodos tradicionais de produção, em favor de meios mais modernos*".

Para Stiglitz (1998) o desenvolvimento promove mudanças que dão aos indivíduos e à sociedade maior controle de seu destino. O desenvolvimento é responsável pelo enriquecimento do indivíduo ao ampliar seus horizontes e reduzir seu senso de isolamento, reduz as aflições ocasionadas pela doença e pela pobreza, pelo aumento da expectativa e vitalidade da vida. Assim, uma estratégia de desenvolvimento deve ser direcionada a

facilitar as transformações da sociedade, a identificar as barreiras, bem como os potenciais agentes catalisadores das mudanças.

Souza (1999), afirma que existe uma primeira corrente de economistas que trata do crescimento como sinônimo de desenvolvimento, porém, uma segunda corrente afirma ser o crescimento uma questão indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente. A terceira corrente diz ser o crescimento econômico uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Porém, pode-se conceituar desenvolvimento como: "crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estrutura e melhoria dos indicadores econômicos e sociais per capita" (SOUZA, 1999, p.17).

É a partir do desenvolvimento econômico que ocorre o fortalecimento da economia local, regional ou nacional, a ampliação da economia de mercado e o aumento de produtividade. Além disso, a economia torna-se estável e diversificada, envolvendo progresso tecnológico e formação de capital. Há um aumento considerável do mercado interno nas economias proporcionando assim a redução dos bolsões de pobreza, elevando os níveis salariais e a renda.

Para Singer (1977), o crescimento é visto como um processo de expansão quantitativa, geralmente observado em sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos que prevalecem nos países desenvolvidos, ou seja, é um processo de passagem de um sistema a outro.

Portanto, para este autor a definição de crescimento econômico, em seu sentido mais amplo é um aumento contínuo, no tempo, do Produto Nacional Bruto, em termos reais. Em seu sentido mais restrito, crescimento econômico seria o aumento do produto *per capita* no período considerado para análise. Já desenvolvimento econômico é um processo de transformação qualitativa da estrutura econômica de um país. Nesta definição se acham implícitos os fenômenos sócio-econômicos que o acompanham: transferência de grandes massas da população do campo para as cidades, constituição de um parque industrial mais ou menos amplo, aumento da produtividade do trabalho, melhoria do padrão de vida tanto da população urbana como da rural e elevação do seu nível cultural. Assim, o desenvolvimento econômico é um caso particular de crescimento econômico.

Para Amartya Sen *apud* Klering (1997) a prosperidade econômica não leva necessariamente ao enriquecimento da vida, citando o exemplo de países com elevados índices de Produto Interno Bruto e baixos indicadores de qualidade de vida. Para o referido autor, o desenvolvimento deve ser definido em relação ao que as pessoas podem e devem ser e fazer efetivamente. Assim, o desenvolvimento socialmente justo se apoiaria em três fatores: economia, saúde e educação.

Furtado (1977), afirma que um dos avanços da teoria do desenvolvimento foi uma percepção mais lúcida da história econômica recente. Isto porque a significação dos fatores

não econômicos no funcionamento e na transformação dos sistemas econômicos, bem como a importância do grau de informação dos agentes responsáveis pelas decisões econômicas, tornam-se cada vez mais evidentes.

A teoria do desenvolvimento, conforme Furtado (1977), tem-se preocupado quase exclusivamente com a dinâmica dos sistemas industriais. Uma análise das economias contemporâneas confirma que existe elevada correlação entre desenvolvimento e industrialização.

Furtado (1977), afirma que o conceito de desenvolvimento pode ser igualmente utilizado com referência a qualquer conjunto econômico no qual a composição da procura traduzir preferências individuais e coletivas baseadas em um sistema de valores. Se o conjunto econômico apresenta estrutura simples (empresa ou setor produtivo especializado) é preferível utilizar o conceito de crescimento.

Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a. Ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa de mudanças individuais e da sociedade. Esta complexidade traduz as diversidades das formas sociais e econômicas.

1.2.2. Teorias de crescimento

Perroux (1967), afirma que o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.

Em uma economia subdesenvolvida existe uma fraca integração espacial e os altos custos de transporte dificultam a difusão dos efeitos de encadeamento do crescimento de uma região para a outra. A integração dos pólos de crescimento através dos transportes e das comunicações, passa a formar uma infra-estrutura de economia de mercado. Já se ocorrer um isolamento do pólo, isto irá dificultar o crescimento regional. Para que isso não ocorra, as estruturas produtivas locais precisam ser diversificadas, além de serem implantadas atividades ligadas ao pólo principal. O crescimento através dos pólos ocorre pela integração entre as empresas da região, ou seja, as decisões sobre preço, quantidade, tecnologia de uma firma vão influenciar em outra, afetando os seus lucros.

Um pólo de crescimento caracteriza-se pela indústria-motriz que, conforme Perroux (1967), promove o crescimento ao exercer efeitos de encadeamento entre os setores e regiões. Esta indústria se caracteriza por: crescer a uma taxa superior à média da indústria; possuir inúmeras ligações de insumo-produto em seu meio (compras e vendas de insumos); ser também uma indústria-chave e constituir uma atividade inovadora. Uma indústria-chave é aquela que induz na totalidade de um conjunto, um crescimento de volume de produção global muito maior do que o crescimento do seu próprio volume de produção.

Também é necessário, para que ocorra o crescimento das regiões, a adoção de

algumas estratégias políticas que vão proporcionar um aumento da renda e do emprego em suas diferentes áreas. A primeira estratégia é a adoção da diversificação das exportações e dos mercados, evitando, assim, que a região fique dependente da flutuação de preços de alguns poucos produtos de exportação. Em segundo lugar, é preciso levar em conta a entrada de renda de fora da região, através dos recursos orçamentários federais, capitais multiregionais e multinacionais, que incluem capital de risco associado ao talento empresarial e à tecnologia.

Porém, mesmo com a adoção de estratégias de crescimento e políticas econômicas ainda observamos as freqüentes desigualdades regionais, que emergem da maior ou menor disponibilidade dos recursos que cada região possui. Estes recursos atraem para suas regiões os investimentos, ocorrendo uma migração de capital e de mão-de-obra das periferias para esses centros, acelerando a concentração de empresas numa determinada região e, por conseguinte aumentando as desigualdades regionais. Portanto, há um conflito entre crescimento e redução das desigualdades. Para Williamson *apud* Souza (1997), as desigualdades aumentam com o crescimento, atingem seu máximo e depois declinam, ocasionando um processo de descentralização.

Para Souza (1999), o fator determinante para o crescimento regional é a industrialização, que nos países subdesenvolvidos vai ocorrer mais tardiamente. Este desenvolvimento tardio deve-se, entre outros fatores, ao baixo nível de investimento limitado pela insuficiência de recursos, a falta de infra-estrutura e a pouca qualificação técnica. Isto conduz a um círculo vicioso, determinado por baixos níveis de renda e poupança, reduzida acumulação e baixa produtividade.

Na tentativa de romper com este círculo vicioso, Rosenstein-Rodan *apud* Souza (1999), propõe investimentos em diversos setores industriais, fazendo com que os trabalhadores de uma atividade tornem consumidores de outras. A diversificação dos mercados proporcionaria um intercâmbio entre as indústrias no nível de tecnologia, insumo-produto e demanda, gerando assim as idéias de grande impulso. Para o autor, a questão é inserir a região na economia mundial, proporcionando assim um desenvolvimento industrial. Este projeto de industrialização necessita de grandes investimentos na área de infra-estrutura, ou seja, construção de rodovias, ferrovias, transporte para os operários, habitação, alimentos. Além disso, o processo de industrialização também tem como objetivo as exportações, que passaram a utilizar produtos com vantagens comparativas e com elevados coeficientes de trabalho.

Uma proposta de crescimento equilibrado também foi feita por Nurske *apud* Souza (1999). Este afirmava que o crescimento deveria ocorrer com o equilíbrio entre oferta e demanda. Isto se baseia na Lei de Say, que diz ser a oferta a criadora de sua própria demanda. O crescimento equilibrado é formulado a partir da idéia de que as necessidades humanas crescem de maneira equilibrada. Portanto sua proposta é favorável ao aumento do tamanho do mercado e à criação de estímulos aos investimentos.

Assim, a origem da indústria-chave ocorre a partir da grande importância dada ao

processo de encadeamento entre as atividades industriais. Estes processos são responsáveis pela modernização industrial com altos índices de emprego de capital. No entanto, o contrário acontece com a atividade agrícola, que é apenas geradora de empregos. O desenvolvimento do complexo industrial só irá se efetivar quanto maior for o número de indústrias interligadas em termos de fatores, produtos e informações. Além disso, também é de fundamental importância a diversificação da produção.

1.3 O desenvolvimento desigual

Conforme Lefebvre (1986) a lei do desenvolvimento desigual não cessa de adquirir uma maior extensão. Em todos os domínios e setores acentuam-se os desajustes e distorções. As causas e razões do desenvolvimento desigual são, incontestavelmente, históricas. Se determinado país, região ou ramo da indústria não evolui como os outros, a causa está em seu passado histórico.

As regiões tiveram formações econômico-sociais diferentes, além de situarem-se em locais diferentes, com clima, vegetação, solo, diferenciados, foram colonizadas por povos diferentes que ali desenvolveram uma cultura própria com características distintas. Podemos citar como exemplo o Brasil, um país de grande diversidade de culturas (européia, africana, indígena), onde cada região é distinta da outra.

As desigualdades no desenvolvimento ocultam diferenças entre os povos, e ao se adotar estratégias de combate a desigualdade é necessário manter as particularidades de cada país ou região, pois as identidades históricas devem ser mantidas.

Martins (1996), analisando a obra de Lefebvre, descobriu que as relações sociais são distintas e ocorrem por processos históricos diferentes e em datas diferentes. Isto o conduziu a afirmar que existe um desencontro e um descompasso entre as relações sociais e que nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas.

Para Martins (1996), Lefebvre utilizou-se da idéia de formação econômico-social, e esta engloba a de desenvolvimento desigual. Assim, a lei da formação econômico-social é a lei do desenvolvimento desigual. Ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (política, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico, pois a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento histórico decorre do desencontro entre o homem produtor de sua história e que ao mesmo tempo não tem o poder sobre aquilo que produziu.

Assim, a formação econômico-social abrange a natureza (econômico) e a sociedade (social). O homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades. Constrói relações sociais e concepções, idéias, interpretações, produz e reproduz, modifica, edifica a sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais de sua existência, as condições propriamente econômicas.

1.4 O conceito de pobreza e teorias adjacentes

Conforme González e Esparcia (1992), as desigualdades entre grandes espaços e grandes grupos humanos e, igualmente a pobreza, são fruto de uma evolução histórica diferenciada, com processos e funções muito diversas.

Assim, a desigualdade e a pobreza assumem formas diversas; por isso sua análise é feita a partir da evolução de alguns fatores que podem ser de ordem interna como, por exemplo, crescimento demográfico, nível educacional, serviços médicos ou crescimento da produção agrária; e de ordem externa, como dívida externa e ajudas recebidas como assistência ao desenvolvimento, indicando assim para determinados aspectos das desigualdades existentes.

Observa-se que as taxas de crescimento demográfico são características importantes das desigualdades, às quais se associam o grande número de população jovem, a esperança de vida ao nascer e a mortalidade infantil. Igualmente a pobreza associa-se à desnutrição, à falta de serviços educativos e sanitários, nível de desenvolvimento e dívida externa.

Na visão de Barros, Henriques e Mendonça (2001) a pobreza não pode ser definida de forma única e universal. No entanto, pode-se afirmar que pobreza refere-se a situações de carência em que indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente às referências sociais de cada contexto histórico.

Para Rocha (1996) pobreza é um fenômeno complexo, para o qual não existe uma definição inequívoca, estando associada à ocorrência de carências relativas aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos.

O trabalho de Barros, Henriques e Mendonça (2001) evidenciou que o Brasil, apesar de ser um país com muitos pobres, tem uma população que não está entre as mais pobres do mundo. Em comparação feita com outros países e relativa à renda per capita, o Brasil está localizado entre o terço mais rico dos países do mundo, não sendo possível afirmar, portanto, que o Brasil é um país pobre. A pobreza no Brasil está associada a concentração de renda e à distribuição dos recursos.

Tolosa (1991), que faz uma análise do Brasil nos anos 80, constata que o Brasil é um dos países que apresenta maiores índices de desigualdade de renda entre os países em desenvolvimento da atualidade. Este autor define pobreza na sua forma relativa e absoluta: pobreza, na sua forma relativa, refere-se às desigualdades na distribuição de renda medidas pelas diferenças entre as participações relativas dos vários grupos na população total e na renda geral. Na forma absoluta, pobreza refere-se aos desvios da renda dos indivíduos, famílias ou grupos em relação a uma linha de pobreza geralmente definida a partir de critérios nutricionais e antropométricos.

Conforme Galvão (1999) o Brasil é um dos países com maior concentração de renda e a pobreza está diretamente relacionada com este alto grau de concentração. Segundo ele os ganhos de rendimento obtidos pela classe mais pobre, desde a implantação

do Plano Real, não chegaram a alterar o índice de Gini, que mede a concentração de renda.

Um dos aspectos da desigualdade social que mais contribuem para o aumento da pobreza é, justamente, a diferença de salários entre as diversas camadas da população. Esta diferença é provocada pela falta de oportunidades iguais de acesso à escola e, em consequência, ao emprego de qualidade.

Constata-se assim que a desigualdade, no Brasil como também em outros países, só será solucionada com desenvolvimento, crescimento da renda *per capita* e distribuição mais igualitária desta renda; aí então, será atingido o equilíbrio social.

Por fim, em relação a estes aspectos cabe citar Barros, Henriques e Mendonça (2001, p. 23):

O diagnóstico básico referente à estrutura da pobreza entende que o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Desafio clássico da era moderna, mas que toma contornos de urgência no Brasil contemporâneo (2001, p. 23).

Enfim, a desigualdade permeia todos os países que estão em estágio intermediário de desenvolvimento, onde a pobreza aumenta numa progressão geométrica enquanto a renda eleva-se numa progressão aritmética e, ainda assim, ficando em poder de apenas uma pequena parte da população. Deduz-se daí que é possível reduzir a pobreza sem que os mais ricos fiquem pobres, apenas utilizando justiça social, fazendo com que quem tem mais pague mais. A combinação de democracia com eficiência econômica e justiça social promoverá, realmente, o que se chama desenvolvimento.

2 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Para Oliveira (1998), o estudo do desenvolvimento econômico regional está baseado em alguns indicadores sócio-econômicos, que vão determinar os fatores que permitem concluir se uma região está em estado de pobreza ou de riqueza. Para o autor, o desenvolvimento regional tem como finalidade atender às necessidades básicas dos indivíduos, assegurando o bem-estar da sociedade.

Há algumas décadas, o indicador mais utilizado para classificar uma região como pobre ou rica era o PIB *per capita* (Produto Interno Bruto *per capita*). Porém, este indicador consegue apenas avaliar a questão quantitativa, ou seja, preocupa-se mais com o total do produto *per capita* gerado, e não em *como* ele é gerado, deixando de medir o padrão de vida de seus cidadãos. Pois, para que se possa realmente avaliar o grau de pobreza

ou riqueza de uma região há necessidade de analisar outros fatores, como alimentação, educação, transporte, infra-estrutura, saúde e moradia, abarcando assim as principais necessidades sociais da população. Portanto, o PIB é um indicador quantitativo diretamente relacionado à produção, medindo apenas o crescimento econômico, deixando de analisar o 'estado social' de uma região, ou seja, o lado qualitativo do crescimento regional.

Para analisar o desenvolvimento de uma região na área social, é preciso utilizar indicadores que forneçam dados essenciais para demonstrar o nível de qualidade de vida da população. No entanto, o crescimento econômico e o desenvolvimento social de uma região devem estar associados, pois o crescimento de uma região é determinante para a qualidade de vida de sua população.

Para analisar a questão qualitativa do crescimento econômico, neste trabalho são utilizados os seguintes indicadores de saúde, educação e renda: esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização, PIB *per capita* e rendimento médio das classes. Além disso, para analisar a condição de pobreza, a distribuição pessoal e espacial da renda são utilizados a linha de pobreza⁴, os coeficientes de Sen⁵ e de Gini⁶.

Romão (1993) faz uma análise do índice de desenvolvimento humano a partir das prerrogativas do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Este estudo parte da necessidade de aprofundar o conhecimento do vínculo entre crescimento econômico e desenvolvimento humano. A idéia geral de desenvolvimento deve estar voltada para o ser humano, mas precisa conter vários elementos adicionais para que ocorra a expansão da produção e da riqueza. Assim, desenvolvimento passa a ser um processo de ampliar oportunidades aos indivíduos como de elevar os níveis de bem-estar alcançados.

O relatório restringe a medida de desenvolvimento humano a apenas três variáveis: esperança de vida ao nascer (longevidade), taxa de alfabetização (conhecimento) e renda *per capita* (níveis decentes de vida), isto porque estes indicadores refletem mais apropriadamente as dimensões qualitativas da vida humana.

O importante na escolha de um indicador é a perspectiva que se tem de oferecer uma visão abrangente do quadro de carência ou de opulência que se quer detectar (Sen *apud* ROMÃO, 1993).

⁴ Linha de Pobreza: considerando-se o tamanho médio das famílias e o número médio de pessoas na família com rendimento, segundo a região, o parâmetro que determina a linha de pobreza é aquele que auferir uma renda familiar *per capita* igual a meio salário mínimo.

⁵ Coeficiente de Sen: consiste em uma medida utilizada para quantificar a situação da população pobre, ou seja, o número de pessoas, o montante de renda e a distribuição de renda entre a população situada abaixo da linha de pobreza.

⁶ Coeficiente de Gini: este índice revela em que medida uma determinada distribuição de renda se aproxima da igualdade ou da desigualdade.

2.1 A desigualdade da renda per capita municipal

Conforme Albuquerque e Villela (1991), costuma-se usar o PIB *per capita* como medida do nível de desenvolvimento. No entanto, deve-se considerar que o PIB é, antes de tudo, um indicador de produção, de poder ou crescimento econômico.

Desta forma, devido ao sistema de preços utilizado para mensurar o PIB, que reflete mercados imperfeitos e protegidos e uma estrutura de demanda associada à distribuição de renda, o crescimento do PIB pode representar o aumento das rendas da parcela mais rica da população, sobretudo se esta for demasiadamente desigual.

Para Siedenberg (2001), o PIB é freqüentemente utilizado como indicador de desenvolvimento, apesar dele retratar essencialmente o aspecto econômico de determinado território ou região. Segundo o autor, como o conceito de desenvolvimento vem incorporando indicadores de qualidade de vida para medir o desenvolvimento, o PIB está perdendo espaço como indicador exclusivo.

Portanto, uma vez que o PIB reflete apenas a parte quantitativa do desenvolvimento é necessário complementar a análise com algumas variáveis sociais, responsáveis pela parcela qualitativa deste desenvolvimento.

Tomando por base os dados da Tabela 1, que apresenta o PIB *per capita* dos municípios do Vale do Rio Pardo em 1999, pode-se observar que o município de Santa Cruz do Sul apresenta, destacadamente, o maior PIB *per capita* da região, ou seja, R\$ 19.787,00. Este valor representa, inclusive, mais do que o dobro do PIB *per capita* do Estado do Rio Grande do Sul no mesmo período. Este fato se explica, por um lado, em função de a renda média do Estado ser caracterizada por uma grande desigualdade, onde se encontra a região da Serra, a Metropolitana e Vale dos Sinos, como as mais prósperas do Estado, e regiões mais pobres ou que apresentam menor valor de produção, como é o caso das regiões das Missões, Norte, Nordeste e Campanha (conforme Siedenberg 2001). Por outro lado, deve-se também creditar este desempenho ao perfil industrial do município de Santa Cruz do Sul.

Porém, a elevada renda de Santa Cruz do Sul deve-se, sobretudo, à presença das indústrias fumageiras. Puntel (1999), afirma que a indústria fumageira de Santa Cruz do Sul representa uma indústria-chave na região, apresentando um sistema de produção integrado, abrangendo desde a produção de sementes até o processamento do fumo e a comercialização do cigarro. E, além disso, sendo uma indústria-motriz, é responsável pelo emprego de novas tecnologias na sua área de influência.

Acompanhando o desempenho de Santa Cruz do Sul pode-se observar que a renda *per capita* do município de Venâncio Aires em 1999 também se destaca na região, apresentando um PIB *per capita* de R\$ 11.873,00. Neste município, uma parcela significativa da renda é gerada pela indústria da erva-mate e, outra parte, pela indústria fumageira. Outro município que também se destaca é Vera Cruz, com PIB *per capita* de R\$ 9.314,00, renda esta decorrente da presença de empresas fumageiras e de empresas

de outros setores, como a nacionalmente conhecida empresa Kopp, do ramo de produtos eletrônicos.

Em contrapartida a estes desempenhos encontram-se municípios como Lagoão, com PIB *per capita* de R\$ 2.914,00, e Tunas, com R\$ 3.507,00 em 1999. Nestes municípios o principal setor gerador da renda é a agricultura, que é principalmente familiar e de subsistência. Ambos os municípios apresentam a menor renda da região do Vale do Rio Pardo.

Tabela 1 – PIB *per capita* dos municípios do Vale do Rio Pardo em 1999 (R\$)

MUNICÍPIOS	PIB <i>per capita</i> 1999
Arroio do Tigre	5.739
Barros Cassal	3.553
Boqueirão do Leão	4.355
Candelária	4.707
Encruzilhada do Sul	4.208
Estrela Velha	6.851
General Câmara	3.892
Gramado Xavier	3.841
Herveiras	4.534
Ibarama	5.385
Lagoa Bonita do Sul	-
Lagoão	2.914
Pantano Grande	6.092
Passa Sete	4.608
Passo do Sobrado	6.053
Rio Pardo	4.967
Santa Cruz do Sul	19.787
Segredo	4.756
Sinimbu	5.538
Sobradinho	3.675
Tunas	3.507
Vale do Sol	5.147
Vale Verde	5.898
Venâncio Aires	11.873
Vera Cruz	9.314
Total do VRP	141.194
Média do VRP	5.883
Média do Estado	7.435

Fonte: FEE, 2002

Porém, deve-se destacar que apesar da maioria dos municípios apresentar uma PIB *per capita* muito abaixo da média regional e estadual, todos os municípios da região tiveram um desempenho positivo em 1999, com relação a anos anteriores. O resultado desta melhora significativa na renda *per capita* se deve, principalmente, à busca de alternativas econômicas que gerem mais renda. Por exemplo, no município de Lagoão, onde predominava a agricultura, passou-se a explorar uma nova atividade econômica: atualmente há significativo investimento em atividades de extração e lapidação de pedras semi-preciosas, que incrementam a renda municipal.

Enfim, é possível constatar a partir da Tabela 1 que a renda na região do Vale do Rio Pardo está concentrada principalmente nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. Isto se deve ao fato de um grande número de empresas fumageiras estar localizado nestes municípios e ser responsável pela maior parcela desta renda.

2.2 O setor agrícola e a dependência da cultura do fumo

A Tabela 2 especifica a participação da produção agrícola a exemplo da lavoura temporária nos municípios do Vale do Rio Pardo no ano de 2000. Observa-se que nesta região como um todo a produção agrícola é muito representativa, pois é a base econômica da maioria dos municípios, com exceção de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Conforme Stülp (2001), fatores como terra, mão-de-obra e mecanização têm sido importantes para o aumento do valor da produção agrícola na Região do Vale do Rio Pardo de um modo em geral. Na porção central da região o fator que impulsiona a produção é a terra e a mecanização, na porção norte a mão-de-obra seguida da terra e da mecanização e na porção sul a mão-de-obra vem seguida da mecanização e da terra.

Para o referido autor a produção agrícola no Vale do Rio Pardo é dependente de poucas culturas, destacando-se o fumo conforme pode ser constatado na Tabela 2. O fumo é, em geral, a principal cultura nas propriedades de menor porte, que dependem quase que exclusivamente desta lavoura. No entanto, nos estabelecimentos maiores, a predominância é da cultura do arroz.

A mesma tabela mostra que no Estado predominam principalmente as culturas da soja, com uma participação de 28,46%; a cultura do arroz, com 24,33% e a cultura do milho, com 15,04%. Na Região do Vale do Rio Pardo observa-se que a produção do fumo é a principal cultura, com uma participação de 58,78% no valor da produção agrícola no ano de 2000: estes dados evidenciam uma grande especificidade na produção agrícola, ou seja, a região é essencialmente produtora de fumo.

Isto se deve ao fato de o produtor rural depender desta cultura para sustento da família: esta dependência provém do financiamento antecipado fornecido pelas fumageiras, da assistência técnica e orientação na cultura, o fornecimento de agrotóxicos e fertilizantes e, principalmente, da forte identificação regional com esta cultura.

Por outro lado, podemos observar que alguns municípios são exceção na predominância do cultivo do tabaco na cultura agrícola no ano de referência (2000): em Estrela Velha, por exemplo, a produção de soja representou 56,93% da produção agrícola; em Encruzilhada do Sul a principal cultura é a do milho com 34,35% e, em segundo lugar, o arroz com 16,02%; em Pantano Grande o destaque é para o arroz com 62,59% da produção agrícola do município e, em segundo lugar, a soja com 26,21%. Já em Vale Verde o destaque é para a lavoura do arroz com 45,23% do valor da produção superando a cultura do fumo no município. O cultivo do feijão, do milho e da mandioca possui pequena representatividade na produção agrícola da região, embora seja de grande importância para a subsistência do produtor rural.

Tabela 2 – Valor da produção agrícola das lavouras temporárias (%) - 2000

MUNICÍPIOS	Fumo	Milho	Feijão	Soja	Mandioca	Arroz
Arroio do Tigre	61,11	15,00	6,16	4,09	11,65	0,09
Barros Cassal	76,63	10,76	1,62	3,26	5,89	0,19
Boqueirão do Leão	82,40	11,56	0,68	-	1,44	0,10
Candelária	54,47	9,72	0,91	11,34	7,40	14,74
Encruzilhada do Sul	11,24	34,35	5,81	2,60	7,01	16,02
Estrela Velha	25,02	7,94	7,38	56,93	1,02	0,05
General Câmara	59,73	14,18	5,19	1,27	11,62	5,38
Gramado Xavier	83,38	9,82	1,61	-	2,33	0,05
Herveiras	76,60	6,80	0,85	-	3,67	0,11
Ibarama	72,89	12,22	3,79	-	4,58	0,04
Lagoa Bonita do Sul	-	-	-	-	-	-
Lagoão	63,74	16,73	6,54	-	10,03	0,56
Pantano Grande	-	2,52	0,05	26,21	3,82	62,59
Passa Sete	74,48	12,08	4,38	4,83	2,64	0,10
Passo do Sobrado	74,50	4,98	0,17	1,83	7,99	8,05
Rio Pardo	33,01	3,36	0,06	9,89	20,76	31,82
Santa Cruz do Sul	62,29	19,47	0,59	1,31	7,34	5,61
Segredo	67,48	14,99	5,37	2,41	7,11	0,82
Sinimbu	69,63	16,16	3,81	0,08	6,93	0,28
Sobradinho	75,29	11,15	3,68	1,06	5,42	0,05
Tunas	46,64	19,72	2,57	16,26	9,69	0,37
Vale do Sol	67,96	12,66	0,22	0,24	9,74	6,25
Vale Verde	30,78	7,24	0,49	0,70	15,01	45,23
Venâncio Aires	57,30	15,91	0,52	0,05	12,15	3,99
Vera Cruz	73,05	8,74	0,28	0,06	11,17	4,84
Total do VRP	58,78	12,54	1,97	5,16	8,94	8,69
Total do RS	10,36	15,04	1,45	28,46	6,52	24,33

Fonte: IBGE, 2001

Todavia, em alguns municípios a predominância da cultura do fumo é marcante: Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Passa Sete, Passo do Sobrado, Sobradinho e Vera Cruz têm uma dependência de mais de 75% nesta cultura. Isto se explica, conforme Stülp (2001), porque a dependência do fumo é muito acentuada em propriedades menores, uma característica da estrutura fundiária dos municípios da parte norte do Vale do Rio Pardo.

De um modo geral os municípios que compõem o Vale do Rio Pardo têm como principal fonte de renda a agricultura, seja ela apenas familiar ou voltada ao plantio de fumo, que é o responsável por uma parcela do crescimento econômico desta região.

2.3 Concentração industrial como fator de desigualdade

Conforme Klering (1999), a utilização do Valor Adicionado Fiscal (VAF), isoladamente, representa o melhor indicador do desempenho econômico de um determinado município ou região. Assim, com base no disposto na Tabela 3, pode-se observar a participação da indústria na composição da renda de cada um dos municípios do Vale do Rio Pardo, ou seja, a participação do VAF do setor industrial no VAF total nos municípios do Vale do Rio Pardo, sendo considerado como valor adicionado total da indústria a soma do valor adicionado das indústrias de transformação, de beneficiamento, de montagem e de acondicionamento, em percentuais, para o ano de 1999.

Na Tabela 3 evidenciam-se alguns aspectos significativos: em 20 dos 25 municípios da região a participação do setor industrial na formação da renda municipal é inferior a 25% em média, no ano considerado. Apenas em Pantano Grande, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz a participação da indústria na composição da renda é superior a 25% do VAF total, caracterizando uma maior concentração e representatividade de atividades industriais nestes municípios.

Em Santa Cruz do Sul, por exemplo, o percentual de participação da indústria na formação da renda é muito elevado: no ano de 1999 a participação deste setor na formação da renda municipal foi de 79,46%. O alto percentual de participação da indústria na renda municipal de Santa Cruz do Sul deve-se ao fato deste município ser um pólo industrial, onde se concentra um dos maiores parques industriais ligados ao setor fumageiro, através do qual é beneficiada a maior parte do fumo produzido na região, cultura esta que movimenta uma parcela significativa da renda do Vale do Rio Pardo.

Pode-se também destacar em segundo lugar o setor industrial de Vera Cruz e Venâncio Aires no ano de 1999: 50,47% e 67,15%, respectivamente. Estes percentuais se devem à presença da indústria fumageira tanto em Vera Cruz como em Venâncio Aires, onde associada ao fumo há ainda a indústria da erva-mate.

Tabela 3 – Valor adicionado fiscal da indústria (%) - 1999

MUNICÍPIO	Participação no VAF
	Municipal 1999 (%)
Arroio do Tigre	10,24
Barros Cassal	1,11
Boqueirão do Leão	1,45
Candelária	14,15
Encruzilhada do Sul	7,89
Estrela Velha	0,17
General Câmara	21,33
Gramado Xavier	0,44
Herveiras	0,26
Ibarama	4,22
Lagoa Bonita do Sul	-
Lagoão	0,66
Pantano Grande	39,8
Passa Sete	1,2
Passo do Sobrado	7,49
Rio Pardo	24,39
Santa Cruz do Sul	79,46
Segredo	1,46
Sinimbu	13,38
Sobradinho	6,06
Tunas	0,55
Vale do Sol	8,61
Vale Verde	10,36
Venâncio Aires	67,15
Vera Cruz	50,47
Total do VRP	62,48
Total do RS	43,71

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do RS, 1999

Na comparação da representatividade do VAF oriundo da indústria da Região do Vale do Rio Pardo e do VAF do setor industrial no Estado do Rio Grande do Sul, constata-se uma significativa discrepância, que pode ser explicada pela forte concentração industrial de empresas ligadas ao setor fumageiro no VRP, enquanto que no Estado existem regiões onde o setor industrial é forte (Serra, Vale dos Sinos e Metropolitana) mas, em contraposição, há regiões onde a concentração industrial é bem menor (Litoral, Produção, Campanha, Médio Alto Uruguai).

Portanto, a presente análise mostra claramente a predominância e a importância da indústria na porção central do Vale do Rio Pardo, onde se sobressaem os municípios de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Venâncio Aires, que concentram a maior parte da renda regional. Por outro lado, fica evidenciado uma grande desigualdade na distribuição da renda *per capita* da região do Vale do Rio Pardo, pois a maior parte dos demais municípios têm na agricultura sua principal fonte de renda.

2.4 Indicadores de desenvolvimento social

Os indicadores sociais têm seu aparecimento datado no século XX, ganhando um corpo científico por volta de 1960, como parte das tentativas de organização dos sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e aferição do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. (Jannuzzi, 2002)

O que levou a comunidade científica a buscar informações sociais foi o descompasso entre o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais em países do Terceiro Mundo. Observou-se que o crescimento do PIB não alterava os níveis de pobreza que permaneciam altos, acentuando-se as desigualdades sociais em diversos países. O PIB *per capita*, mostrava ineficiência como indicador do nível de desenvolvimento socioeconômico e cada vez era menos apropriado como medida de bem-estar social.

Um indicador social procura medir o grau de atendimento de objetivos e o nível de realização das atividades. Moldau (1998) afirma que índices econômicos e sociais devem servir inicialmente para realização de diagnósticos acerca da situação econômica e social de uma comunidade e, assim permitir a identificação de possíveis pontos de estrangulamento no atendimento a necessidades sociais específicas.

Na visão de Hicks e Streeten (1988) os economistas do desenvolvimento cada vez mais se têm conscientizando que o crescimento da produção ou da renda por si só não constitui um indicador de desenvolvimento, e que a redução da pobreza e a satisfação das necessidades básicas do ser humano deveriam fazer parte de uma medida de desenvolvimento.

Assim, compreende-se a necessidade de incluir nas medidas de desenvolvimento, associado a indicadores como PIB *per capita* (medida de crescimento da produção e renda), os indicadores sociais que procuram medir o desenvolvimento em termos de saúde, nutrição, habitação, distribuição de renda, bem como de outros aspectos do desenvolvimento cultural e social.

Para Jannuzzi (2002) um indicador social é uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social abstrato, é um recurso metodológico, empiricamente referido que informa algo sobre a realidade social e sobre as mudanças que estão ocorrendo na mesma. Os indicadores sociais servem para subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas (municipal,

estadual e federal), possibilitando o monitoramento por parte do poder público e da sociedade civil, das condições de vida e bem-estar da população.

Portanto, no contexto deste trabalho serão abordados alguns indicadores sociais que se referem à taxa de alfabetização, relativa ao ano de 2000, e a taxa de mortalidade infantil, relativa ao ano de 1998.

2.4.1 Educação: uma via de erradicação das desigualdades sociais

Os dados da Tabela 4 mostram como está a taxa de alfabetização, medida de eficiência do sistema educacional, nos municípios da região do Vale do Rio Pardo no ano de 2000.

Conforme se pode observar na Tabela 4, os municípios com menores taxas de analfabetismo e, conseqüentemente maiores números de alfabetizados no ano de 2000 são Santa Cruz do Sul, onde 95,6% da população era alfabetizada; Venâncio Aires, com um índice de 94,2% de alfabetização, e Vera Cruz, com 94%. Em contrapartida os municípios de Lagoão e Tunas apresentam os índices mais baixos de pessoas alfabetizadas: respectivamente 79,20% e 82,20% no ano de 2000. Coincidentemente estes municípios apresentam a renda mais baixa da região, o que corrobora o anteriormente exposto.

Para Oliveira (2002) a educação é um componente fundamental na erradicação da pobreza. Para este autor, a educação deve estar em primeiro lugar nos planos de desenvolvimento que visam a redução da pobreza.

A má formação escolar afeta negativamente a economia, tendo em vista que o aumento da escolaridade é essencial para a redução das desigualdades sociais. Dados do IBGE revelam que a desigualdade entre renda e educação no Brasil ocorre em situações onde regiões em que o percentual de analfabetos é alto, os rendimentos são baixos e, o contrário ocorre em regiões onde a taxa de alfabetização é elevada os salários tendem a ser mais altos. Assim, conforme dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em torno de 40% da desigualdade existente no país é resultado da diferença de nível educacional (OLIVEIRA, 2002).

Nóbrega *apud* Zioni (1999) vê na cultura da manutenção dos privilégios a principal causa da persistência da desigualdade social do país. Para ele medidas pontuais não seriam eficazes, mas sim, em primeiro lugar, investimentos em educação, considerando o fator emprego; em segundo lugar, combater os privilégios, através das reformas tributárias e previdenciárias e, em terceiro, mudar as políticas públicas, por exemplo, através do benefício de estudantes realmente carentes com bolsas de estudo.

Tabela 4 – Taxa de alfabetização nos municípios do VRP em 2000

MUNICÍPIOS	Taxa de alfabetização da população de 10 anos e mais (%)
	2000
Arroio do Tigre	90,20
Barros Cassal	83,10
Boqueirão do Leão	87,60
Candelária	88,50
Encruzilhada do Sul	86,60
Estrela Velha	87,30
General Câmara	88,90
Gramado Xavier	87,10
Herveiras	88,10
Ibarama	89,00
Lagoa Bonita do Sul	-
Lagoão	79,20
Pântano Grande	87,50
Passa Sete	85,30
Passo do Sobrado	92,00
Rio Pardo	89,80
Santa Cruz do Sul	95,60
Segredo	86,70
Sinimbu	90,70
Sobradinho	89,70
Tunas	82,20
Vale do Sol	93,10
Vale Verde	85,00
Venâncio Aires	94,20
Vera Cruz	94,00
Total do VRP	88,39
Total do RS	91,40

Fonte: IBGE, 2000

Para Cláudio de Moura e Castro (ex-diretor da CAPES e consultor do Senai) também citado por Zioni (1999), educação não é uma solução mágica para a pobreza, pois sem crescimento não há saída. Mas, sem educação não é possível mudar o círculo vicioso em que se enquadram os pobres no Brasil.

A análise da taxa de alfabetização no Vale do Rio Pardo mostrou que no ano de

2000, na comparação com o Estado, a diferença é de apenas três pontos percentuais. No geral os dados revelam que a educação nos municípios do Vale do Rio Pardo vem fazendo parte dos projetos locais de desenvolvimento, ou seja, uma taxa de alfabetização relativamente alta pode significar que há por parte dos governos municipais incentivos e investimentos na área educacional.

2.4.2 Saúde: Taxa de mortalidade infantil

O planejamento da saúde de uma população passa pela avaliação das necessidades locais a fim de estabelecer prioridades relacionadas à assistência médica, devendo proporcionar o acesso de toda a comunidade a condições sanitárias adequadas. A saúde está diretamente relacionada ao desenvolvimento e tem como propósito levar condições adequadas de saúde às populações, principalmente trabalhando com problemas locais, a fim de tornar as políticas públicas regionais mais eficientes.

Desta forma, um planejamento efetivo da saúde deveria contar com programas de controle da natalidade. Isto faz com que ocorra uma redução no número de nascimentos, reduzindo assim o número de crianças e jovens, proporcionando maior cuidado com as gestantes, maior cuidado com o estado nutricional das crianças, propiciando controle de moléstias que causam a mortalidade infantil através de imunização, bem como instalação dos serviços de abastecimento de água e esgoto. Também é importante salientar os programas dos governos no combate a doenças infecto-contagiosas.

A mortalidade infantil é um dos indicadores mais utilizados em Saúde Pública por mostrar a relação existente entre saúde e doença, sendo importante para o desenvolvimento social como o reflexo da situação sócio-econômica da população. Este coeficiente é um bom indicador da disponibilidade de recursos de higiene e água limpa, em função de que os recém nascidos estão suscetíveis a doenças transmitidas pela água.

O coeficiente de mortalidade infantil apresentado na Tabela 5 é calculado a partir das mortes infantis ocorridas com crianças menores de um ano em relação ao número de 1.000 nascidos vivos no ano de 1998.

Para Jannuzzi (2001) a taxa de mortalidade infantil tem uma aplicação estritamente demográfica; no entanto, tem sido utilizada como um indicador social que representa as condições gerais de vida ou saúde que prevalecem em determinadas regiões ou em algum segmento populacional⁷.

Com relação a taxa de mortalidade infantil, o município que apresenta o menor coeficiente em 1998 é Arroio do Tigre com 6,82 e a taxa mais elevada ficou registrada no município de Vale Verde, com 90,91 óbitos por mil nascidos vivos. No entanto, esta taxa não é muito representativa, pois neste município, no ano de 1998, nasceram apenas 11

⁷ A taxa de mortalidade infantil é calculada conforme Jannuzzi (2001) pela razão entre os óbitos de crianças com até 1 ano sobre os nascidos vivos no ano multiplicado por 1.000.

Tabela 5 – Mortalidade Infantil nos municípios do VRP em 1998

Município	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) 1998
Arroio do Tigre	6,82
Barros Cassal	24,46
Boqueirão do Leão	38,46
Candelária	13,01
Encruzilhada do Sul	22,07
Estrela Velha	-
General Câmara	24,59
Gramado Xavier	-
Herveiras	-
Ibarama	30,77
Lagoa Bonita do Sul	-
Lagoão	15,50
Pantano Grande	9,39
Passa Sete	35,71
Passo do Sobrado	-
Rio Pardo	19,97
Santa Cruz do Sul	13,34
Segredo	27,97
Sinimbu	9,46
Sobradinho	22,90
Tunas	28,57
Vale do Sol	11,36
Vale Verde	90,91
Venâncio Aires	13,97
Vera Cruz	12,12
Total do VRP	23,57
Total do RS	18,40

Fonte: IBGE, 2000

crianças e uma veio a falecer: por isso uma taxa tão elevada. O segundo município com a menor taxa de mortalidade infantil é Sinimbu: 9,46 para o ano de 1998. Os demais municípios permanecem numa faixa entre 10 e 30 por mil nascidos vivos.

Desta forma, os dados da Tabela 5 indicam que na região do Vale do Rio Pardo a taxa média de mortalidade infantil é de 23,57 óbitos registrados por mil nascidos vivos em 1998. Numa comparação feita entre a média da região do Vale do Rio Pardo e o Estado,

verifica-se que o Rio Grande do Sul tem taxas de mortalidade infantil inferiores aos da região: respectivamente 18,40 contra 23,57. Estes dados revelam uma melhoria nas condições de saúde da população do Estado, bem como, a queda na taxa de mortalidade infantil é reflexo do investimento em políticas de saúde pública e de esforços na educação para a saúde, além da prevenção e cuidados com a criança no período pós-natal.

Atualmente há um consenso sobre o fato de os índices de mortalidade infantil estarem associados às condições de vida da população, ou seja, habitação, saneamento, nutrição, acesso à água tratada, recolhimento e tratamento adequado do lixo, além do acompanhamento médico da gestante. Mas, tudo isso passa por um caminho: o caminho da educação. Por isso, a redução da mortalidade infantil começa pela adequada infraestrutura básica e por um processo de educação para a saúde e para o ambiente.

3 EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS PARA A SITUAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO

A região do Vale do Rio Pardo, colonizada principalmente por alemães, teve sua origem no município de Rio Pardo, centro econômico (atividade mercantil) e militar. Região esta formada por áreas de planalto, dedicou-se primeiramente à agricultura com o cultivo da crava-mate, do milho e do trigo e a criação (porcos, cabras e ovelhas).

A cidade de Santa Cruz do Sul, fundada em 1849, com fortes características de colonização alemã, dá início à cultura do fumo, atualmente predominante na região, passando então a especializar-se neste plantio. Paralelamente à agricultura no século XIX começam a surgir as primeiras indústrias de beneficiamento de fumo, dando-se origem ao processo de industrialização na região.

De acordo com as teorias do crescimento regional a industrialização é um fator chave para que ocorra o crescimento de uma determinada região. Este processo de industrialização deve ser acompanhado de infraestrutura, mão-de-obra abundante, recursos naturais disponíveis e também uma diversificação do parque industrial.

A indústria instalada em uma determinada região, ou seja, uma indústria-motriz, promoverá a vinda de outras indústrias criando-se assim nesta região um pólo de crescimento. Esta indústria-motriz deverá promover efeitos de encadeamento com as demais indústrias. Esta integração entre as indústrias da região é que vai proporcionar o crescimento. Mas, para que a região seja desenvolvida não basta apenas crescer, é preciso a integração com o desenvolvimento. Através disso, podemos obter indicadores sociais satisfatórios, a fim de que esta população tenha níveis de qualidade de vida adequados.

Na análise da Região do Vale do Rio Pardo, observa-se que a maioria de seus municípios é estritamente agrícola, não existindo a presença de uma indústria-motriz, que promova o crescimento regional. No caso de Santa Cruz do Sul, que possui um parque industrial ligado ao setor fumageiro, observa-se a presença de apenas um tipo de indústria,

o que vai ao encontro das teorias que apregoam a necessidade de diversificar o parque industrial para haver crescimento. Além disso, a indústria fumageira em Santa Cruz do Sul, não promoveu a vinda de outras indústrias para o município.

A instalação do complexo fumageiro em Santa Cruz do Sul ocorre pela facilidade com que encontra, principalmente, mão-de-obra abundante e infra-estrutura. Pode-se dizer que estas indústrias representam um pólo de crescimento, pois o município apresenta renda elevada, sendo seu PIB *per capita* (R\$ 19.787,00) mais elevado que o PIB *per capita* do Rio Grande do Sul (R\$ 7.435,00) no ano de 1999, ou seja, a indústria é a fonte geradora de renda do município. O que se observa em Santa Cruz do Sul é a concentração industrial em torno de apenas um produto, o fumo. Porém, se ocorrem desequilíbrios no mercado, isto poderá dificultar o crescimento regional.

A renda elevada do município se contrapõe aos índices sociais, que muitas vezes se equiparam ao de municípios agrícolas. Isto nos mostra que em Santa Cruz do Sul existe uma elevada renda *per capita*, porém concentrada, e isto está representado através de seus indicadores sociais. Esta concentração de renda é um dos fatores que provoca as desigualdades.

Associados ao município de Santa Cruz do Sul estão os municípios de Venâncio Aires e Vera Cruz, também com os maiores PIB *per capita* da região e com uma forte influência do setor industrial fumageiro na sua economia. Na região há uma forte concentração de renda nos municípios da porção central, enquanto as áreas ao sul e norte ficam com as rendas médias e baixas.

Em contraposição a estes municípios de rendas elevadas e presença de indústrias, encontram-se municípios com rendas muito baixas e dependentes exclusivamente da agricultura, com especialização na cultura do fumo. Porém, cabe ressaltar, que muitos destes municípios apresentam indicadores e situações sociais melhores que os municípios industrializados.

Pode-se citar Lagoão, que possui um PIB *per capita* de R\$ 2.914,00 em 1999, com uma taxa de alfabetização de 79,20% da sua população, e Tunas, que possui um PIB *per capita* de R\$ 3.507,00 e apresenta uma taxa de alfabetização de 82,20% de sua população. No município de Lagoão a taxa de mortalidade infantil (15,50 por mil nascidos vivos) é quase equivalente a de Santa Cruz do Sul (13,34) para o ano de 1998.

Desta forma, nos municípios em que a produção agrícola é a principal atividade e onde há um baixo valor de produção (se comparados ao desempenho de municípios que apresentam um setor industrial desenvolvido), observa-se a presença de indicadores sociais representando um baixo nível de carência e, em muitos casos, próximos dos valores dos municípios mais industrializados da região. Esta relação entre indicadores econômicos e sociais determina o nível de bem-estar de uma população. Assim, acompanhando o crescimento do PIB *per capita* estes indicadores devem apresentar melhoras, proporcionando à comunidade uma melhor qualidade de vida.

Analisando separadamente os índices de alfabetização em 2000 observa-se que

municípios como Santa Cruz do Sul (95,60%), Venâncio Aires (94,20%), Vera Cruz (94,00%), Vale do Sol (93,10%), Passo do Sobrado (92,00%), Sinimbu (90,70%) e Arroio do Tigre (90,20%), possuem níveis de alfabetização considerados elevados. Estes dados mostram que as melhores taxas de alfabetização são encontradas nos municípios que detém a maior parte da renda regional. Entretanto, municípios pequenos e agrícolas, com baixos índices de renda também apresentam indicadores muito próximos aos de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Portanto, os desequilíbrios regionais ocorrem principalmente pela forte concentração industrial e de renda e pela especialização na cultura do fumo. A concentração industrial provoca o deslocamento de capital e mão-de-obra elevando as taxas de crescimento de um município em detrimento de outro. A concentração de renda provoca o empobrecimento de municípios em relação a outros, deixando de atender assim às necessidades básicas de sua população (educação, saúde, saneamento básico, alimentação, habitação). E, a especialização na produção de uma única cultura, no caso do Vale do Rio Pardo, o fumo, deixa a região muito vulnerável às flutuações do mercado e até mesmo à perda da indústria do fumo para outras regiões, deixando o agricultor sem condições de sobrevivência, pois sua renda deriva exclusivamente da safra de fumo.

No Vale do Rio Pardo a concentração industrial está no município de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. Os demais municípios em sua maioria estão ligados ao setor agrícola com especialização no plantio do fumo, com exceção de Encruzilhada do Sul (milho), Estrela Velha (soja), Rio Pardo (arroz e fumo) e Vale Verde (arroz) e também uma parcela grande do PIB municipal já está se concentrando no setor de serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise dos dados desta pesquisa constatou-se que alguns fatores são os principais responsáveis pela desigualdade existente no Vale do Rio Pardo. O primeiro é a concentração de renda; em segundo lugar, a concentração industrial e em terceiro a especialização na cultura do fumo.

A concentração de renda é um dos fatores que contribuem para a desigualdade no processo de desenvolvimento regional. No Vale do Rio Pardo os municípios que detém em torno de 30% do total da renda gerada na região são Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, ficando os demais 22 municípios com os outros 70%. Para superar a desigualdade do desenvolvimento econômico e social da região do Vale do Rio Pardo é necessária uma distribuição mais igualitária da renda e, também, a permanência desta renda na região, pois uma parcela significativa da mesma acaba sendo enviada para o exterior.

Um segundo aspecto que explica a desigualdade regional é a concentração industrial que está principalmente localizada nos municípios que possuem as maiores rendas da região (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz). Para que ocorra uma desconcentração industrial torna-se necessário o incentivo à vinda de indústrias de outros segmentos. Uma maneira de tentar solucionar este problema é a cedência, por parte do governo municipal ou estadual, de áreas para a instalação de indústrias, ou através de incentivos como a redução dos impostos (ICMS). Mas, tudo isso deve estar vinculado a dois fatores principais: a mão-de-obra disponível e a infra-estrutura que a região disponibilizará para a instalação destas novas indústrias.

O terceiro fator responsável pela desigualdade no Vale do Rio Pardo é a especialização na cultura do fumo. Uma tentativa de mudar este quadro é investindo na diversificação da agricultura, pois a economia de uma região não deve estar baseada na produção de um bem apenas, estando assim sujeita às flutuações do mercado, como é o caso de Santa Cruz do Sul com a indústria fumageira e dos demais municípios especializados na cultura do fumo.

Por fim, é necessário lembrar que os indicadores sociais analisados neste artigo não possuem desigualdades acentuadas na relação entre municípios de renda *per capita* baixa e os municípios que detém os maiores PIB's da região. Ocorre que os municípios de rendas mais baixas possuem indicadores sociais semelhantes ou muito próximos aos dos municípios mais ricos e que concentram a maior renda. Isto revela que mesmo não tendo uma renda elevada, as condições sociais dos municípios mais pobres são boas. No entanto, deve ser prioridade das administrações manter e implementar projetos para melhorar as condições de saúde, educação, saneamento, habitação a fim de promover melhor qualidade de vida para a região.

Pode-se assim constatar que a desigualdade econômica bastante acentuada, principalmente quando se trata da renda *per capita*, parece não atingir os indicadores sociais, mais especificamente a taxa de alfabetização e a taxa de mortalidade infantil, analisados neste artigo. No contexto deste estudo não foram analisadas as implicações da concentração da renda *per capita* sobre outros indicadores sociais.

Desta forma, uma atuação conjunta de governo e comunidade, bem como, a utilização adequada das verbas destinadas à educação, saúde, saneamento, habitação, ou seja, a projetos sociais, poderia contribuir para a resolução de grande parte dos problemas que causam a desigualdade na região.

Portanto, o crescimento e o desenvolvimento não podem ser analisados de forma separada. Por isso, baseado nas condições citadas por Souza (1997) pode-se dizer que na região há um desenvolvimento insuficiente e desigual, pois existe crescimento da renda *per capita*, mas apenas em municípios industrializados, ficando os demais (agrícolas) com rendas bastante inferiores. Além disso, para que haja desenvolvimento esta renda deve ser bem distribuída, o que também não ocorre no Vale do Rio Pardo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R. C., VILLELA, R. A situação social do Brasil: um balanço de duas décadas. In: VELLOSO, João P. Reis (Org.). *A questão social no Brasil*. São Paulo: Nobel, p. 23-104, 1991.
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Texto para discussão nº 800. Rio de Janeiro: IPEA, 24 p., junho/2001.
- BOISIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *Redes*. Santa Cruz do Sul. n. 1, vol. 4, p. 61-78, jan/abr, 1999.
- BRINKMAN, Richard. Crescimento econômico versus desenvolvimento econômico: em direção a uma classificação conceitual. *Journal of Economic Issues*. n. 4, v. 29, dez/1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acessado em 25 jul. 2002. <http://www.ibge.gov.br>
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Acessado em 15 jul. 2002. <http://www.fec.tche.br>
- FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. In: _____. *Os conjuntos econômicos complexos e sua transformação*. São Paulo: Editora Nacional, 1977. 344 p.
- _____. Teoria e política do desenvolvimento econômico. In: _____. *A industrialização na transformação das estruturas dualistas*. São Paulo: Editora Nacional, 1977. 344 p.
- GALVÃO, Luís Eduardo. *Riqueza versus pobreza: O confronto do novo milênio*. Rumos, Rio de Janeiro, n. 166, p. 26-33, nov. 1999.
- GONZÁLEZ, Juan Romero, ESPARCIA, Javier Pérez. *Pobreza y desigualdad en los países en desarrollo*. Espanha: Editorial Síntesis, 1992. 319 p.
- HICKS, Norman, STREETEN, Paul. Indicadores de desenvolvimento: a busca de uma unidade de medida de necessidades básicas. In: CAIDEN, Gerald (Org). *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988. p. 71-95.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. 141 p.
- _____. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *RAP – Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 36(1), jan/fev. 2002. p 51-72.

- KLERING, Luis Roque. Análise do desempenho dos municípios do RS em 1996. *Revista Análise*, Porto Alegre, Edipucrs, v. 8, n. 2, p. 162, 1997.
- KLERING, Luis Roque. Análise do desempenho dos municípios do RS em 1998. *Revista Análise*, Porto Alegre, Edipucrs, v.10, n.2, p. 93-97, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *La Violência y el fim de la Historia*. Buenos Aires: Editorial Leviatán, 1986. 235 p.
- LE MOS, Alan, JIMÉNEZ, Roberto Argélio Frias. Distribuição de renda, pobreza e desenvolvimento humano no Brasil. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n. 9/10, p. 7-27, jan./dez. 1999.
- LOBATO, C. R. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997.
- LOPES, S. A. *Desenvolvimento Regional*. 4ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. 407 p.
- MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MOLDAU, Juan Hersztajn. Os fundamentos microeconômicos dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 18, n. 3 (71), p. 70-83, jul/set, 1998.
- OLIVEIRA, Julio César de. Indicadores de desenvolvimento humano ampliado por estados e mesorregiões da Região Sul do Brasil, 1980/1991. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n. 7/8, p. 145-196, jan./dez. 1998.
- OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. *Conversando sobre economia: uma interpretação crítica da economia brasileira*. Campinas: Ed. Alínea, 2002. 134 p.
- PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Moraes Editora, 1967. 755 p.
- PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO. Santa Cruz do Sul: Corede-VRP: Edunisc, 1998. 140 p.
- PUNTEL, Emerson Roberto. *Efeito da polarização da indústria fumageira na economia do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul, 1999. (Monografia de conclusão do Curso de Ciências Econômicas- Universidade de Santa Cruz do Sul). 71 p.
- ROCHA, Sonia. Renda e Pobreza: Os impactos do plano real. *Texto para discussão*, nº 439. Rio de Janeiro: IPEA. 29 p, dez. 1996.
- ROMÃO, Maurício Costa. Uma proposta do “índice de desenvolvimento humano” das Nações Unidas. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, v.13, n.4 (52), p. 97-111, out./dez., 1993.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992. p. 65-70.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RS. Sistema de apuração de índices dos municípios. Posição das atividades econômicas, por agrupamento, no valor adicionado 1990, 1995 e 1999. Porto Alegre.

SIEDENBERG, Dieter R. Desenvolvimento e disparidades socioeconômicas no Rio Grande do Sul. *Redes*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. 6, n. 2, p. 7-40, maio/ago, 2001.

SIEDENBERG, Dieter R. Uma abordagem epistêmico-sistemática do conceito de desenvolvimento. *Rea – Revista de estudos de administração*. Ijuí: Editora Unijuí, ano 2, n. 3, p. 5-10, julho/dez, 2001.

SINGER, Paul. Conjuntura e Desenvolvimento. In: _____. *Desenvolvimento e crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 162 p.

SOUZA, Nali de Jesus. Economia Regional. In: _____. *Introdução à Economia*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. p. 365-393.

_____. *Desenvolvimento Econômico*. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1999. p. 13-31.

STIGLITZ, Joseph E. *Em busca de um novo paradigma para o desenvolvimento*. UNCTAD, 1998. Disponível em: <http://www.ncad.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2002.

STÜLP, Valter José. O setor primário da região do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo, SILVEIRA, Rogério Leandro L. da (Org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 167-215.

TOLOSA, H. C. Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80. In: VELLOSO, João P. Reis (org.). *A questão social no Brasil*. São Paulo: Nobel, p. 105-136, 1991.

ZIONI, Cecília. O real reduziu o número de pobres, mas a diferença entre eles e os mais abastados permanece. *Revista Problemas Brasileiros*. São Paulo: SESC. Ano 37, nº 333, nov/dez, 1999.

Recebido para publicação em 04/10/02

Aceito para publicação em 22/01/03